Dívidas, tributos e vídeo-tapes

Aquela história de que dívidas não se pagam, administram-se, vem sendo rejeitada nos últimos tempos no Brasil. Um jornal de São Paulo estampou em manchete: “*Brasileiros nunca pagaram tanto imposto*”; a carga tributária teria chegado a 34% do PIB. Mais de um terço da renda nacional flui para as arcas do governo. Qual é o destino dessa dinheirama? Resposta: o pagamento de juros, ou a produção do “superávit primário” nas contas do governo. O termo “primário” serve para não assustar o público, ou seja, para não dizer logo qual foi o rombo final.

O superávit primário é o resultado da diferença entre despesas e receitas do governo, sem contar os juros. Sem estes últimos o resultado é positivo. Mas, com a inclusão deles, o resultado inverte-se. É bem negativo. O superávit primário sofre uma metamorfose kafkiana: considerando os juros, ele se transforma em déficit nominal. E este último tem que ser coberto. Como? Com mais dívida pública. Entra em ação o “efeito Tostines”: a partir de determinado ponto não se sabe se a dívida é grande porque o déficit é fresquinho, ou se este último é descomunal porque os títulos da dívida vendem muito. Dívida crescente e vultuosa resulta em juros elevados. Como estes reverberam sobre a dívida, provocam rombos que necessitam ser cobertos com receitas tributárias - leia-se, com o aumento e/ou criação de novos impostos. Fecha-se o círculo. Entende-se porque a carga

tributária cresceu e mesmo assim continuamos sobre o fio da navalha: qualquer grito na escuridão provoca um pânico, e o governo promete aumentar o superávit primário. Mas por que nossa dívida interna cresceu tanto?

A resposta requer a lembrança das palavras do economista que recomendava: diante de uma dívida, façam três perguntas: quem deve a quem? qual a taxa de juros? e quais são os prazos de pagamento? Como a dívida interna é do governo (ele nos representa nessa deliciosa questão) e este será substituído por outro, ao credor interessa saber se o novo irá referendar os compromissos do que sai.

Vivemos uma conjuntura eleitoral. A incerteza cresce. Conseqüentemente, os prazos concedidos pelos credores tendem a se encurtar e os juros exigidos a subir. Nossa dívida já foi contraída a juros elevados e, se estes se elevarem mais, provocarão déficits no momento seguinte. Mas qualquer governo prefere uma morte violenta no futuro a uma execução suave imediatamente. E os prazos? Bem, estes sempre foram curtos e, embora o governo tivesse conseguido alongá-los para uma média de uns 36 meses no final de 2001, uma das primeiras coisas que os credores estão exigindo atualmente para continuar rolando os empréstimos é que os prazos sejam encurtados. Já vimos esse filme no final de 1998: um ataque especulativo. Agora talvez se trate do vídeo-tape com os melhores momentos... Esperemos que não.

Paulo H. Sandroni
FGV-EAESP